

# Memorando

Para: Presbitério Internacional

De: Bispo Dr. Phil Pruitt, Presidente  
Bispo Dr. Tim Harper, Secretário

Data: 28 de agosto de 2020

Referência: Seções selecionadas do relatório do comitê de Bíblia, Doutrina e Governo de 2020

---

Ilmos. colegas de ministério,

A atual pandemia tem afetado todos nós. Saibam que os membros do Comitê de Doutrina Bíblica e Governo estão orando pelas famílias de nossa igreja global e em luto com aqueles que sofreram a perda de alguém.

Esses momentos excepcionais resultaram na necessidade de flexibilidade e inovação. Em virtude do cancelamento da Assembleia Internacional de 2020, a divulgação do relatório do Comitê de Doutrina Bíblica e Governo foi temporariamente suspensa, já que certas seções que dependiam de prazo não seriam aplicáveis. Entretanto, na ocasião da Conferência Global de 11 de julho de 2020, considerou-se que outras seções deveriam ser publicadas, primeiro para o Presbitério Internacional e, segundo, aos constituintes da igreja para transparência, revisão e comentários. Entretanto, neste momento o comitê está disponibilizando a versão 2020 das seguintes seções, as quais teriam sido apresentadas em sua versão atual à Assembleia Internacional de 2020:

- Seção Três: Nota do Estudo sobre Limites de mandatos
- Seção Quatro: Declaração sobre Assédio Sexual
- Seção Cinco: Proposta de Mudança no Título de Supervisor
- Seção Seis: Declaração sobre Tráfico Humano

Os leitores devem observar que estas seções não são uma resposta reacionária à atual instabilidade social e política que se observa no cenário global. Elas foram escritas antes da pandemia e das subsequentes pressões sociais que se sentem em todo o mundo. Estes são tópicos que o comitê sentiu uma profunda necessidade de abordar.

Além disso, a seção três é simplesmente um comunicado do estudo atual e contínuo do comitê sobre a eficácia dos limites de mandatos. Conforme indicado, ao apresentar seu comentário, faça no formato e na data de vencimento mencionados no relatório. Uma vez que o comitê tenha

chegado a uma recomendação referente à *possibilidade* de um limites de mandatos, essa recomendação será incluída no próximo relatório.

As seções quatro, cinco e seis são disponibilizadas com o propósito de uma revisão informativa por parte dos constituintes de nossa igreja. Estas seções contêm recomendações e, portanto, exigirão a aprovação da Assembleia. Atualmente, a intenção é incluir essas três seções no relatório de 2020 do Comitê de Doutrina Bíblica e Governo para a Assembleia Internacional de 2022. Entretanto, a seção três, por ser apenas uma nota de estudo, não fará parte do relatório oficial para a Assembleia de 2022, mas será incluída como um adendo, uma vez que agora cumpre o propósito de notificação.

O comitê reserva a prerrogativa de editar e/ou omitir essas seções como julgar apropriado antes da edição final do relatório de 2022 do Comitê de Doutrina Bíblica e Governo para a Assembleia Internacional de 2022. Como sempre, servimos a nosso Senhor por meio deste corpo eclesialístico. Nossa pesquisa e parecer não é a declaração final sobre qualquer assunto. Pedimos que qualquer comentário ou pergunta seja enviado por escrito antes de 1º de março de 2021.

**Comitê de Doutrina Bíblica e Governo**  
**Relatório de 2020**  
**A ser liberado para o Presbitério Internacional**  
**E Constituintes da Igreja**

**Seção Três**  
**Comunicado sobre o Estudo de Limites de Mandato**

O Comitê de Doutrina Bíblica e Governo aceitou um convite do supervisor geral e dos presbíteros gerais para estudar o tema sobre os limites de mandato. O comitê iniciou o estudo em 2019. Entretanto, devido às possíveis e significativas modificações que uma proposta de implementação de limites de mandato teria — não apenas na composição da liderança, mas também na estrutura e administração eclesiástica, assim como o impacto pessoal sobre os indivíduos nomeados e suas famílias — é necessário um tempo adicional para garantir um estudo exaustivo e bem fundamentado. O tema sobre os limites de mandato é complexo e orgânico por natureza. Os tópicos pertinentes que merecem consideração incluem, mas não estão limitados aos seguintes:

1. Uma teologia de liderança
2. Uma base bíblica sobre liderança
3. Implementação gradual e específica dos limites de mandato a fim de avaliar o processo e fazer ajustes à medida que vão surgindo
4. Criar um clima que proteja contra a possibilidade de uma vacância na liderança
5. Formação de um canal de liderança que identifique, eduque, equipe e mentoreie os líderes para futuras funções de liderança.
6. Estratégia para a saída dos líderes
7. Uma avaliação de como os limites de mandato podem afetar a saúde geral e a homeostasia da Igreja de Deus da Profecia em geral

Com base em nossas deliberações e pesquisas preliminares, os membros do comitê têm expressado opiniões inequívocas a respeito dos limites de mandato; entretanto, antes de fazer uma recomendação oficial, sentimos que é nosso dever continuar a nos engajar em um estudo metódico a fim de avaliar adequadamente tanto as implicações positivas quanto as negativas do limite de permanência no mandato. Uma vez que tenhamos concluído nossa pesquisa e formulado uma recomendação a respeito da possibilidade de limites de mandato, pretendemos apresentar um relatório detalhado à Assembleia Internacional para consideração.

O Comitê de Doutrina Bíblica e Governo convida os membros da Igreja a dialogar com o Comitê. Solicitamos aos interessados que escrevam e enviem ao comitê documentos de caráter informativo que defendam uma dinâmica bíblica, teológica, de liderança e uma posição pragmática a favor ou contra os limites de mandato. O comitê aceitará os documentos sobre este assunto até 1º de março de 2021. Solicitamos que os documentos sejam de cunho investigativo e não simplesmente baseado em opiniões e

pensamentos aleatórios. Além disso, lembramos aos nossos constituintes que a Assembleia Internacional aceitou, como uma questão prática, que tais documentos não devem circular dentro da Igreja. Os documentos devem ser dirigidos ao presidente e secretário do Comitê de Doutrina Bíblica e Governo. Além disso, no mesmo espírito desta diretriz, advertimos nossos constituintes que a criação de sites nas redes sociais em um esforço para persuadir os membros da Igreja sobre este ou qualquer outro assunto viola o espírito da norma desta Assembleia e infringe o propósito do Comitê de Doutrina Bíblica e Governo e o conselho da Assembleia Internacional.

Como nota de transparência informativa, o comitê está atualmente considerando limites de mandato no que se refere à seleção do supervisor geral e dos presbíteros gerais. O comitê também está considerando limites de mandato no que se refere à nomeação de diretores executivos e diretores trans-locais nos Escritórios Internacionais, e supervisores nacionais/regionais/estaduais. Dentro do escopo do estudo de Limites de Mandato, o comitê também considerará pré-requisitos para aqueles selecionados ou nomeados para os cargos de liderança acima mencionados.

E-mail para contato do Comitê de Doutrina Bíblica e Governo: [BDP@cogop.org](mailto:BDP@cogop.org)

Endereço para correspondência:  
BDP Committee  
P O Box 39  
Rancho Cucamonga, CA 91729

### **Seção Quatro**

#### **Declaração sobre Assédio Sexual**

A Igreja de Deus da Profecia adota princípios bíblicos referentes à santidade, à moralidade sexual e a um estilo de vida de pureza. A imoralidade sexual, em todas as suas expressões, não é consistente com a vida piedosa (1 Coríntios 5:1, 6:9-10, 7:2, 10:8; Gálatas 5:19-21; Efésios 5:3-5; Colossenses 3:5; 1 Tessalonicenses 4:3-5; 1 Timóteo 3:2; Tito 1:6; Apocalipse 21:8). Portanto, a Igreja de Deus da Profecia está comprometida com uma tolerância zero acerca da má conduta, assédio e abuso sexual. Todo líder nesta Igreja, seja voluntário ou remunerado, é chamado a um estilo de vida de santidade e pureza, de acordo com os princípios bíblicos.

#### **Recomendações**

Recomendamos que a declaração acima seja incluída no Manual de Normas para o Ministério da Igreja de Deus da Profecia.

### **Seção Cinco**

#### **Proposta de Mudança no Título de Supervisor**

As palavras são componentes essenciais de uma comunicação eficaz, transmitindo ideias, compartilhando emoções, fazendo perguntas, dando instruções e promovendo bem-estar. Embora

as palavras tenham derivações etimológicas e significados lexicais, como as palavras são utilizadas pela sociedade em geral e em um diálogo em particular ajudam a reger sua utilidade prática e contextual. A realidade é que algumas palavras passam por um processo evolutivo de significado. Assim, o estudo da linguística comumente se refere a esta ocorrência como mudança ou transformação semântica. Em uma progressão semântica de uma palavra em particular, o significado pode ser alterado ligeira ou significativamente. Às vezes, palavras específicas podem se tornar arcaicas e obsoletas.

As nuances de palavras específicas e seu uso podem implicar algo totalmente diferente para o ouvinte do que o intencionado pelo falante. Um exemplo simples disto é evidente na palavra “macaco”. Uma pessoa pode dizer: “Há um macaco na garagem”. O ouvinte pode imaginar um mamífero que abrange as espécies primatas ou símios, enquanto o falante pode na verdade estar se referindo ao aparelho usado para levantar um carro. O contexto no qual uma palavra ou um conjunto de palavras ocorre ajuda a determinar seu significado lexical desejado. Entretanto, o uso de palavras varia com base na cultura, educação, etnia, familiaridade e língua nativa de quem fala. Logo, uma palavra em um determinado contexto cultural pode denotar outra coisa em um contexto cultural diferente. As palavras são poderosas não apenas para compartilhar ideias, mas também para suscitar emoções. As palavras podem tanto expressar bem-estar quanto transmitir uma mensagem desconcertante. “O idioma é um veículo transmissor de *ação* [italico no original]: as palavras, quando usadas de formas diferentes, produzem resultados diferentes”.<sup>1</sup>

### **Raciocínio Linguístico e Histórico**

A teoria dos atos de fala diz que na filosofia da linguagem humana, através das palavras, ocorrem três atos, a saber: 1) o ato locucionário, 2) o ato ilocucionário, e 3) o ato perlocucionário. Especificamente, um ato locucionário ocorre quando um indivíduo pronuncia os fonemas ou a conjugação de fonemas em uma sequência de palavras que constituem frases bem estruturadas. Um ato locucionário é o enunciado de uma palavra ou a formação de palavras em uma sentença. Um ato ilocucionário refere-se ao que o falante pretende que seja o resultado de seu enunciado. Um ato ilocucionário inclui tanto fazer como responder a uma pergunta, prover informações, fazer uma advertência, marcar um encontro com alguém, dar uma ordem, conceder uma promessa, afirmar uma posição, etc.<sup>2</sup> Finalmente, um ato perlocucionário refere-se ao efeito que as palavras proferidas pelo falante têm sobre os ouvintes. Isto inclui parâmetros de pensamentos suscitados, crenças adotadas, e emoções sentidas pelo ouvinte. As consequências do ato perlocucionário podem ser intencionais ou não para o falante.<sup>3</sup> Ou seja, um falante pode ter a intenção de obter um resultado particular (ilocução) pelas palavras ditas (locução); no entanto, o resultado pode ser uma consequência não intencional (perlocução).

O significado lexical de supervisor, de acordo com o dicionário Michaelis da língua portuguesa, é “aquele que dirige ou inspeciona um trabalho”. Um supervisor, nesta definição, é

---

<sup>1</sup> James K. A. Smith, *Thinking in Tongues: Pentecostal Contributions to Christian Philosophy* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2010), 139.

<sup>2</sup> J. L. Austin, *How to Do Things with Words*, (Eastford, CT: Martino Fine Books, 2018), 98, 108. See also, James K. A. Smith, *Thinking in Tongues*, 141.

<sup>3</sup> John R. Searle, *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language* (New York, NY: Cambridge University Press, 1969), 24. See also, J. L. Austin, *How to Do Things with Words*, 106; and, James K. A. Smith, *Thinking in Tongues*, 141.

uma pessoa que supervisiona, dá instruções e administra dentro de uma organização ou uma empresa.

No idioma inglês, a palavra *overseer* (supervisor em português) data do século XIV, com um significado original de “supervisor, superintendente, aquele que inspeciona”.<sup>4</sup> Nos anos 1570, William Tyndale, em seu trabalho intitulado *An Answer to Thomas More’s Dialogue*, usou a palavra supervisor em um contexto eclesiástico. Ele observou que “Aqueles supervisores, que agora chamamos de bispos (segundo o termo grego), estavam sempre fixos em lugar de onde administravam a congregação”.<sup>5</sup> Tyndale reconheceu, em um contexto muito próximo à data da Versão King James de 1611, a referência ao uso de bispo em vez de supervisor de acordo com seu entendimento do grego.

No entanto, a palavra supervisor (no contexto americano) também conota um significado negativo, especialmente no que diz respeito às atrocidades da escravidão humana. O Learner’s Dictionary (Dicionário do Estudante) define um supervisor, no contexto da instituição histórica da escravatura, como “a pessoa que estava a cargo dos escravos em uma fazenda”<sup>6</sup> [Esse significado, no entanto, equivale em português à palavra “feitor”]. Paul Escott, em seu livro intitulado *Slavery Remembered: A Record of Twentieth-Century Slave Narratives* (Lembrança da escravidão: Um registro de narrativas de escravos do século XX), descreve a relação entre um supervisor/feitor e os escravos da seguinte forma: “Entre os trabalhadores do campo e o supervisor/feitor ou mestre, ocorria uma contínua luta. Alguns amos sancionaram abertamente este contexto ao exigir que o supervisor/feitor estabelecesse seu próprio domínio sobre os trabalhadores [escravos]”.<sup>7</sup> Desta descrição de Escott, e de outras fontes históricas, torna-se evidente que o papel do supervisor/feitor no contexto da escravatura era um papel de controle, de regime severo e de domínio sobre os seres humanos. A história indica que dentro do contexto da escravidão humana, o supervisor/feitor exercia uma aura de superioridade, supremacia, pavor, intimidação, desumanização e, muitas vezes, brutalidade. A supervisão das tarefas diárias forçadas, as punições e a distribuição de alimentos e roupas eram delegadas ao supervisor/feitor pelo proprietário do escravo:

Teoricamente, era o supervisor/feitor que reivindicava a última palavra sobre quando os escravos se levantavam, quando se deitavam, quando trabalhavam, quando podiam descansar, se podiam ou não se divertir em festas ou em outras formas de entretenimento, e se podiam ou não falar seu idioma natal e praticar as religiões que trouxeram da África. Era o supervisor/feitor que podia romper as relações entre os membros das famílias escravizadas... ao sugerir a venda dos membros da família. As mulheres viviam com medo de serem estupradas por supervisores/feitores que ostentavam toda a autoridade venal que lhes era conferida. Seus maridos não tinham direitos a reclamar e nem dar vazão a sua raiva, pois as leis garantiam que os ataques contra os supervisores/feitores

---

<sup>4</sup> [www.etymonline.com/word/overseer](http://www.etymonline.com/word/overseer), accessed February 18, 2020.

<sup>5</sup> “Overseer” in *The Oxford English Dictionary*, second ed., vol. X (Oxford: Clarendon Press, 1989), 1116.

<sup>6</sup> <http://www.learnersdictionary.com/definition/overseer>, accessed April 9, 2019. See also [www.etymonline.com/word/overseer](http://www.etymonline.com/word/overseer).

<sup>7</sup> Paul Escott, *Slavery Remembered: A Record of Twentieth-Century Slave Narratives* (Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 1979), 86.

poderiam ser punidos com a morte. O supervisor/**feitor** comprava alimentos para essas pessoas e distribuía roupas e sapatos quando seu amo achava conveniente. Embora essas medidas contribuíssem para manter os homens e mulheres saudáveis, elas representaram pouco mais do que outro meio utilizado pelo supervisor/**feitor** em sua busca por controle sobre os escravos. E assim, durante o tempo que os escravos trabalhavam na lavoura, o supervisor/**feitor**, de maneira eufêmica, os vigiava com o chicote na mão e sua presença sombria com a intenção de “mantê-los trabalhando”. Muitas pessoas experimentaram o chicote do supervisor/**feitor** para entender o verdadeiro significado dessa terminologia: se destacava as costas dilaceradas de homens, mulheres e crianças.<sup>8</sup>

As barbaridades da escravidão humana e da servidão é um antigo flagelo na história da humanidade. Por milênios, algumas classes de pessoas têm procurado escravizar seus semelhantes. A história indica que a escravidão humana data do Antigo Oriente, e é um flagelo global praticado na Suméria, Babilônia, Egito, China, Roma e Grécia. O Código Hamurabi do século XVIII ACE faz referência à escravidão humana.<sup>9</sup> A realidade da escravidão dos hebreus no Egito, e da escravidão institucionalizada durante o período greco-romano do Novo Testamento, é evidente para os leitores da Bíblia. Não há dúvida de que a escravidão humana certamente manchou a história moderna da Europa, das colônias britânicas, das Américas, incluso dos Estados Unidos.

Além disso, “O caráter multinacional do Comércio de Escravo do Atlântico, desde Serra Leoa a Cuba e Connecticut”<sup>10</sup> ajudou a promover um clima para o tratamento pernicioso dos escravizados. Às vezes, a desumanização era infligida por seus próprios compatriotas, mas certamente por aqueles que se consideravam de uma classe mais elevada. A natureza institucionalizada da escravidão Antebellum (antes da guerra) “era heterogênea, e os escravos enfrentavam uma enorme diferença de condições. Alguns viviam em grandes fazendas e trabalhavam sob o olhar atento dos supervisores/**feitores** e motoristas, enquanto outros viviam em granjas trabalhavam ao lado de seus amos”.<sup>11</sup> Consequentemente, a história indica que os amos e seus empregados (supervisores/**feitores**) tratavam os escravos de forma brutal e desumana.

## **Raciocínio Bíblico e Teológico**

Em sua exegese da Escritura, nossos pais da Igreja parecem ter adotado o termo “bispo” da Versão King James de 1611. Mais precisamente, em Atos 20:28, o apóstolo Paulo incumbiu os anciãos em Éfeso: “Olhai, pois, por vós e por todo o rebanho sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a igreja de Deus, que ele resgatou com seu próprio sangue” (versão Almeida Revista e Corrigida). A palavra traduzida na versão Almeida Revista e Corrigida como bispo é **ἐπισκοπος** (episkopos). No grego original, **ἐπισκοπος** pode ser

---

<sup>8</sup> Tristan Stubbs, *Masters of Violence: The Plantation Overseers of Eighteenth-Century Virginia, South Carolina, and Georgia* (Columbia, SC: University of South Carolina, 2018), 1.

<sup>9</sup> David Brion Davis, *Inhuman Bondage: The Rise and Fall of Slavery in the New World* (New York, NY: Oxford Press, 2006), 37–38.

<sup>10</sup> David Brion Davis, *Inhuman Bondage*, 4.

<sup>11</sup> Peter Kolchin, *American Slavery, 1619–1877* (New York, NY: Hill and Wang, 2003), 99.

traduzido como supervisor, guardião ou bispo.<sup>12</sup> Entretanto, neste contexto particular, a inferência de *ἐπισκοπος* está lidando mais com a função de supervisão, conforme Paulo expressa na função pastoral de alimentar o rebanho de Deus, do que com um ofício ou status eclesiástico. Assim, a “validade está no seu exercício (como bispo) de pastorear o rebanho e não em sua ocupação como ofício”.<sup>13</sup> Wayne Oates observa que a inferência de Paulo sobre a palavra *ἐπισκοπος*, como apresentada por Lucas em seus escritos dos Atos dos Apóstolos, conota o ato de cuidar das necessidades do rebanho, ao invés de um status, cargo ou posição ministerial. Na verdade, a construção verbal, *ἐπισκοπέω*, (*episkopeō*) significa “zelar, supervisionar, cuidar”.<sup>14</sup> Consequentemente, Paulo instrui (ato locucionário e ilocucionário) os anciãos de Éfeso a cuidar das necessidades do rebanho. De acordo a tradução, os anciãos devem supervisionar. A função do bispo era de ser “responsável por guardar o rebanho daqueles que procuravam desviá-los. Eles deveriam pastorear a igreja de Deus, comprada com Seu próprio sangue” (Atos 20:28-31).<sup>15</sup>

A palavra *ἐπισκοπος* ocorre cinco vezes no Novo Testamento Grego (NTG). Na Versão King James, a palavra é traduzida como bispo em todos os versículos, exceto em Atos 20:28 (na versão Almeida Revista e Corrigida, ocorre todas as cinco vezes).

- Filipenses 1:1, “Paulo e Timóteo, servos de Jesus Cristo, a todos os santos em Cristo Jesus que estão em Filipos, com os bispos e diáconos.”
- 1 Timóteo 3:2, “Convém, pois, que o bispo seja irrepreensível, marido de uma mulher, vigilante, sóbrio, honesto, hospitaleiro, apto para ensinar.”
- Tito 1:7, “Porque convém que o bispo seja irrepreensível como despenseiro da casa de Deus, não soberbo, nem iracundo, nem dado ao vinho, nem espancador, nem cobiçoso de torpe ganância.”
- 1 Pedro 2:25, “Porque éreis como ovelhas desgarradas; mas, agora, tendes voltado ao Pastor e Bispo da vossa alma.”

É verdade que, nas passagens mencionadas acima, há outras versões em inglês que traduzem *ἐπισκοπος* como supervisor (ver as versões em inglês: New American Standard Bible, New International Version, et. al.). Os comitês de tradução das várias versões podem ter se concentrado mais na função do que no cargo nessas passagens em particular. Além disso, há um argumento credível de que o cargo de bispo se tornou mais formalizado e desenvolvido na história da igreja nos anos após o primeiro século.<sup>16</sup> Entretanto, o documento cristão não

---

<sup>12</sup> L. Coenen, “Bishop, Presbyter, Elder” in *The New International Dictionary of New Testament Theology*, ed., Colin Brown, vol. 1, (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1986), 188.

<sup>13</sup> Wayne Oates, “The Holy Spirit and the Overseer of the Flock,” *Review and Expositor*, 63, no. 2, (1966): 187.

<sup>14</sup> L. Coenen, “Bishop, Presbyter, Elder,” 188.

<sup>15</sup> C. G. Kruse, “Ministry” in *Dictionary of the Later New Testament and its Developments*, eds., Ralph P. Martin, and Peter H. Davids (Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1997), 1310.

<sup>16</sup> Ben Witherington III, *Letters and Homilies for Hellenized Christians: A Socio-Rhetorical Commentary on Titus, 1-2 Timothy and 1-3 John* (Downers Grove, IL: IVP Academic, 2006), 235. See also, Luke Timothy Johnson, *The First and Second Letters to Timothy* in *The Anchor Bible Commentary* (New York, NY: Doubleday, 2001), 212.

canônico mais antigo existente, o Didaquê, (cerca de 96 d.C.), instrui no capítulo 15: “Nomeie para si bispos e diáconos que sejam dignos do Senhor”.<sup>17</sup> O historiador da Igreja, Justo L. González, descreve a influência dos bispos no segundo século como “o elo que une as igrejas”.<sup>18</sup>

Nas epístolas pastorais de 1 Timóteo e Tito, o apóstolo Paulo está utilizando um gênero literário conhecido como *mandata principis*, que significa, “os mandatos do governante”. Na primeira carta de Paulo a Timóteo, o apóstolo esboçou a ordem e a estrutura da igreja. Especificamente, o apóstolo abordou o propósito de sua carta quando escreveu: “mas, se eu demorar, saiba como as pessoas devem comportar-se na casa de Deus, que é a igreja do Deus vivo, coluna e fundamento da verdade” (1 Timóteo 3:15 NVI). Consequentemente, neste gênero literário, Paulo instrui Timóteo a respeito do ministério, especialmente os pré-requisitos para bispos e diáconos.

Em 1 Timóteo 3:1, Paulo escreve: “Esta é uma palavra fiel: Se alguém deseja o episcopado, excelente obra deseja” (ARC); “Fiel é a palavra: se alguém aspira ao episcopado, excelente obra almeja” (ARA). A palavra traduzida é ἐπισκοπή (episkopē), referindo-se ao cargo de bispo ou supervisor na igreja. Este termo, ἐπισκοπή, foi “recém-criado com base no título ἐπίσκοπος que havia entretanto se estabelecido na igreja primitiva”.<sup>19</sup> Segundo o estudioso da Bíblia, Luke Timothy Johnson, “Este é o único lugar no Novo Testamento onde episkopē aparece em referência a uma posição dentro da comunidade”.<sup>20</sup> Portanto, a distinção bíblica e eclesiástica do ofício de bispo parece justificada em vez do título de supervisor.

Um breve estudo da palavra oversee (**supervisor em inglês**) também é digno de nota na língua hebraica do Antigo Testamento, particularmente no que diz respeito a José em Gênesis 39. Depois de ter sido vendido como escravo por seus irmãos, José foi levado para o Egito e se tornou escravo de Potifar. José acabou se tornando o supervisor da casa de Potifar. “logrou José mercê perante ele, a quem servia; e ele o pôs por mordomo de sua casa e lhe passou às mãos tudo o que tinha.” (Gênesis 39:4, ARA). A Versão King James traduz a palavra hebraica פקיד (paqidh) como supervisor **enquanto a versão Almeida Revista e Atualizada a traduz como “mordomo”**. Como escravo, José foi colocado na função de supervisor sobre os demais nos assuntos da casa de Potifar.<sup>21</sup> No papel de supervisor, parece que ele pode haver supervisionado outros escravos também.<sup>22</sup> Parece plausível que o título de supervisor tenha traços históricos em relação à escravidão.

---

<sup>17</sup> *Didache*, 29.

<sup>18</sup> Justo L. González, *The History of Theological Education* (Nashville, TN: Abingdon Press, 2015), Loc. 105, Kindle.

<sup>19</sup> George W. Knight III, *The Pastoral Epistles in The New International Greek New Testament Commentary* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1992), 154.

<sup>20</sup> Luke Timothy Johnson, *The First and Second Letters to Timothy in The Anchor Bible Commentary* (New York, NY: Doubleday, 2001), 212.

<sup>21</sup> C. Mark McCormick, “Overseer” in *The New Interpreter's Dictionary of the Bible*, vol. 4, ed. Katharine Doob Sakefeld (Nashville, TN: Abingdon Press, 2009), 347–348.

<sup>22</sup> Kenneth A. Matthews, *Genesis 11:27-50:26 in The New American Commentary*, ed. E. Ray Clendenen (Nashville, TN: Broadman & Holman, 2005), Loc. 18772 Kindle. See also, Victor P. Hamilton, *The Book of Genesis: Chapters 18–50* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1995), 459–460

Biblicamente, o termo bispo descreve melhor o título ou o cargo das pessoas encarregadas da supervisão tanto de igrejas como de ministros. Teologicamente, a função do bispo é supervisionar; primeiro, em um chamado apostólico, e segundo, em funções administrativas.

### **Raciocínio Eclesiástico**

Dentro de nossa tradição eclesiástica, a palavra supervisor tem sido usada como um título para homens a quem tem sido confiado o cuidado e a responsabilidade de supervisionar líderes e igrejas. As responsabilidades inerentes de um supervisor incluem tradicionalmente tanto o ministério apostólico como as responsabilidades administrativas. Especificamente, a Igreja de Deus da Profecia tem usado o título de supervisor a nível geral, nacional/regional/estadual e de distrito

Reconhecemos que devido a ações negativas e desumanas do passado, o termo supervisor, como utilizado historicamente na escravidão humana (**contexto americano**), ainda pode suscitar sensibilidades culturais. É certo que talvez esta não seja a experiência de todos; no entanto, é a realidade para outros. Na escravidão humana, o termo supervisor tem conotações de privilégio, poder e abuso atribuídos a uma classe particular e àqueles que são identificados como estando em uma posição superior.

Este comitê não subscreve a crença de que o termo supervisor, como usado histórica e tradicionalmente pela Igreja de Deus da Profecia, tinha a intenção de suscitar distinções de classe e privilégios em nosso uso eclesiástico. Também não acreditamos que nossos antepassados neste movimento escolheram o termo supervisor como uma medida racialmente insensível, pejorativa ou de controle.

O termo supervisor foi usado pela primeira vez em nossa nomenclatura eclesiástica em 1910. O termo moderador geral identificou o principal representante da Assembleia de 1906 a 1910. Na quinta Assembleia Geral (1910), o título de supervisor geral foi adotado para substituir o de moderador geral.<sup>23</sup> Parece que o crescimento da Igreja e os consequentes deveres apostólicos e administrativos estavam se tornando cada vez mais exigentes, justificando a necessidade de alguém para supervisionar os ministérios da Igreja e não simplesmente ser o moderador da Assembleia.

Enquanto a Igreja continuava crescendo, foi reconhecido a necessidade de supervisores estaduais. Na sexta Assembleia (1911) houve a eleição de supervisores estaduais. Os supervisores nomeados nesta Assembleia consistiam em alguns estados americanos e as Ilhas Bahamas.<sup>24</sup> Na décima segunda Assembleia (1916), o termo estadual foi omitido porque a Igreja estava se expandindo cada vez mais para as nações do mundo.<sup>25</sup> Na décima terceira assembleia (1917), o papel de supervisor de distrito foi introduzido em um relatório intitulado “Arranjo Sistemático para Conservar o Trabalho nos Estados e nas Igrejas Locais”. O relatório dizia: “Cada distrito estará sob os cuidados e supervisão de um pastor ou supervisor, nomeado pelo supervisor estadual”.<sup>26</sup> Com o passar do tempo, os termos supervisor nacional/estadual/regional se tornaram uma nomenclatura eclesiástica comum.

---

<sup>23</sup> *Book of Minutes: The Church of God* (Cleveland, TN: Church of God Publishing House, 1922), 39.

<sup>24</sup> *Book of Minutes: The Church of God*, 67

<sup>25</sup> *Book of Minutes: The Church of God*, 234–235.

<sup>26</sup> *Book of Minutes: The Church of God*, 289.

De acordo ao léxico, o termo supervisor se refere, de fato, a alguém que cuida e ve as necessidades daqueles que está liderando. No entanto, reconhecemos que o termo supervisor pode emitir sentimentos negativos não intencionais e imagens mentais históricas nunca intencionadas (**contexto americano**), um efeito perlocucionário. O Departamento Mundial de Idiomas (WLD, siglas em inglês) em nossos Escritórios Internacionais utiliza a palavra “supervisor” como título para o termo *overseer* (**tradução do inglês**) usado para todos os níveis administrativos: supervisor geral, nacional/regional/estadual e de distrito. A palavra capataz ou feitor, que na verdade é um equivalente à palavra inglesa “overseer”, refere-se ao chefe encarregado dos trabalhadores. Por vários anos o Departamento Mundial de Idiomas, atento às conotações negativas da palavra capataz/feitor, tem utilizado a palavra supervisor. A palavra francesa évêque, que significa bispo, é usada para designar aqueles que servem como supervisor.

*O Manual de Normas para o Ministério da Igreja de Deus da Profecia explica a responsabilidade de um supervisor:*

O ofício de “líder servo” (supervisor) na igreja é uma função baseada na Bíblia. Ocupar o ofício de supervisor traz consigo uma grande responsabilidade. Há muitos desafios que um supervisor enfrenta em seu papel de líder, mas nenhum supera o de uma dedicação total para cuidar, nutrir, proteger e dirigir todo o ministério de uma nação/região/estado.<sup>27</sup>

Vale ressaltar que o **ofício** de supervisor é descrito no Manual de Normas para o Ministério, em termos de sua **função**, que é o papel do pastorado de cuidar, nutrir, proteger e dirigir o ministério. Evidentemente, o manual identifica o supervisor como um “ofício”. Entretanto, o manual, no capítulo sobre “Bispos”, reconhece que “é importante entender que na igreja, as pessoas **funcionam** [ênfase não se encontra no original] de acordo com seus dons. O bispado é um dos ofícios dos anciãos que provê liderança para a igreja através da supervisão”.<sup>28</sup> A nuance do ofício e da função reflete a premissa previamente expressa em Atos 20:28. A supervisão é a função do ofício do bispo a quem é confiado o cuidado das igrejas de uma determinada região e sua supervisão administrativa.

Em última análise, este relatório não está recomendando uma mudança na função do que historicamente se refere ao supervisor. O relatório está abordando o título do ofício. Nossos antepassados da Igreja utilizaram a Versão King James, ao selecionar o termo supervisor para líderes gerais, nacionais, estaduais e, posteriormente, regionais. Enquanto a função desses líderes é supervisionar o trabalho sobre o qual foram designados, “cuidando, nutrido, protegendo e dirigindo o ministério”,<sup>29</sup> o ofício que eles desempenham de supervisão tem melhor referência como bispo. Na verdade, um homem que é nomeado para supervisor nacional/estadual/regional, ou selecionado pela Assembleia para ser supervisor geral, deve ser um bispo ordenado.<sup>30</sup>

## **Recomendação**

Recomendamos uma mudança no título oficial de supervisor geral para bispo presidente. Nossos constituintes devem reconhecer que existe apenas um bispo presidente na Igreja de Deus

---

<sup>27</sup> “The Role of Overseer” in *The Ministry Policy Manual: Church of God of Prophecy* (Cleveland, TN: White Wing Publishing, 2018), 27.

<sup>28</sup> *Ministry Policy Manual*, 104.

<sup>29</sup> *Ministry Policy Manual*, 27.

<sup>30</sup> *Ministry Policy Manual*, 104, 130.

da Profecia. O bispo presidente refere-se ao que temos de forma tradicional e histórica compreendido como o supervisor geral.

Também recomendamos uma mudança no título oficial do supervisor nacional/regional/estadual para bispo nacional/regional/estadual. A designação de bispo de uma determinada nação/região/estado também é apropriada. Por exemplo, referir-se ao ofício e à pessoa como bispo da Austrália, bispo do Meio Atlântico, bispo do Alasca, e assim por diante, também é apropriado.

Também recomendamos uma mudança no título de supervisor de distrito **no contexto americano. O termo *district overseer* passará a ser *district supervisor*, mas continuará sendo o mesmo em português.** Observamos que não há nenhum pré-requisito eclesiástico para que um supervisor de distrito seja um bispo ordenado.

Finalmente, não recomendamos nenhuma mudança no título de presbítero geral. O título de presbítero infere que a pessoa lidera outros presbíteros (bispos nacionais/regionais/estaduais) dentro de sua respectiva região.

NOTA: Estas recomendações dizem respeito a uma mudança da nomenclatura eclesiástica de supervisor a bispo. As recomendações mencionadas não mudam nenhum reconhecimento da distinção ministerial e ordenação de um bispo. Muitos pastores locais, evangelistas e ministros aposentados são bispos ordenados nesta Igreja e devem receber o respeito e a honra que um bispo merece. Não há mudança em seu status como bispo ordenado. Por outro lado, em países onde a Igreja de Deus da Profecia opera dentro de um sistema de governo eclesiástico reconhecido, o título de bispo nacional pode ser visto como uma afronta. Nessas, ou em outras nuances semelhantes, é concedida ao presbítero geral e sua equipe de pluralidade a flexibilidade para fazer os ajustes necessários ao título de bispo nacional, conforme seja apropriado a essa nação.

### **Observação**

Entendemos que os velhos hábitos são difíceis de mudar. Reconhecemos que levará tempo para que o termo supervisor seja completamente substituído por bispo. Entretanto, em muitos locais isso já está sendo observado. Cada vez mais os constituintes estão se referindo a seu supervisor como bispo. Por hábito, os membros da igreja ainda podem se referir aos líderes como supervisor geral ou supervisor nacional/regional/estadual. Isto é de se esperar e não deve ser abordado com repreensão, mas com uma atitude de ensinar. Nosso objetivo deve ser educar e ajudar os membros a entender que fizemos somente uma mudança formal nos títulos. Com o passar do tempo, o termo supervisor será cada vez menos usado. Por exemplo, alguns lembrarão a nomenclatura eclesiástica desta Igreja em referência aos “auxiliares”. Os auxiliares foram formalizados para serem ajuda ou ministério da Igreja. O ministério de Jovens, em algum momento, foi chamado de Grupo dos Líderes da Vitória, e os ministérios de pequenos grupos eram chamados de Movimento Banda Assembleia. O termo auxiliares e seu vernáculo único é hoje apenas uma lembrança histórica. Com o tempo, nossos constituintes se referirão ao líder da Igreja de Deus da Profecia como bispo presidente.

Além disso, será necessário dar atenção, conforme apropriado, aos documentos legais, financeiros e corporativos que possam precisar ser atualizados em relação à mudança formal no título. A função do bispo presidente e dos bispos nacionais/regionais/estaduais é a mesma referente ao que chamamos supervisor, que é a supervisão no âmbito geral.

## **Seção Seis**

### **Declaração sobre o tráfico humano**

Hoje, “todas as nações do mundo têm leis abolindo a escravidão, mas a Organização Mundial do Trabalho (ILO, siglas em inglês) estima que 21 milhões de homens, mulheres e crianças são explorados para fins lucrativos”.<sup>31</sup> A realidade é que o tráfico humano é globalmente pervasivo e considerado um dos negócios criminosos que mais cresce no mundo. Três em cada 1.000 pessoas são vítimas do tráfico humano. O Índice Global de Escravidão diz que o tráfico humano atual está próximo de 45 milhões de pessoas.<sup>32</sup> O tráfico humano inclui trabalho forçado, exploração sexual, remoção de órgãos, servidão doméstica, crianças-soldados, casamento forçado, mendicância forçada e venda de crianças.<sup>33</sup>

#### **Recomendações**

Recomendamos a seguinte declaração sobre o tráfico humano:

A Igreja de Deus da Profecia denuncia incondicionalmente todas as formas de tráfico humano, servidão e escravatura, tanto no passado como no presente. Nós anunciamos a verdade bíblica e teológica de que cada pessoa, não importa seu gênero, raça, etnia, posição, saúde ou capacidade mental, é criada na imago dei, a imagem de Deus (Gênesis 1:26-28, 5:1-3, 9:6). Reiteramos o pronunciamento do apóstolo Pedro no Concílio de Jerusalém em Atos 15, depois que ministrou à casa de Cornélio (Atos 10), que Deus não faz “acepção” de pessoas (Atos 15:9). Adotamos a proclamação do apóstolo Paulo em seu sermão no Areópago de que Deus “de um só fez toda a geração dos homens para habitar sobre toda a face da terra” (Atos 17:26). E, nós defendemos a verdade salvífica de que “todos sois (somos) filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus; porque todos quantos fostes batizados em Cristo já vos revestistes de Cristo. Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gálatas 3:26-28).

#### **Respeitosamente,**

Dr. Phil Pruitt, Presidente  
Dr. Tim Harper, Secretário  
Dr. Delroy Hall  
James Kolawole  
Dr. Sonia Martin  
Dr. Rahadames Matos  
Nelson Torres

---

<sup>31</sup> Wendy Stickle, Shelby Hickman, and Christine White, *Human Trafficking: A Comprehensive Exploration of Modern Day Slavery* (London: SAGE Publications, 2020), 2.

<sup>32</sup> Stickle, Hickman, White, *Human Trafficking*, 1–2.

<sup>33</sup> Stickle, Hickman, and White, *Human Trafficking*, 8.

## Fontes Citadas

- Austin, J. L. *How to Do Things with Words*. Eastford, CT: Martino Fine Books, 2018.
- Book of Minutes: The Church of God*. Cleveland, TN: Church of God Publishing House, 1922.
- Coenen, L. “Bishop, Presbyter, Elder.” In vol. 1 of *The New International Dictionary of New Testament Theology*, 2<sup>nd</sup> ed. Grand Rapids, MI: Zondervan, 1986.
- Didache*. Kindle version.
- Davis, Brion David. *Inhuman Bondage: The Rise and Fall of Slavery in the New World*. New York, NY: Oxford Press, 2006.
- Escott, Paul. *Slavery Remembered: A Record of Twentieth-Century Slave Narratives*. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 1979.
- Etymonline. “Overseer.” Accessed February 18, 2020. [www.etymonline.com/word/overseer](http://www.etymonline.com/word/overseer).
- González, Justo L. *The History of Theological Education*. Nashville, TN: Abingdon Press, 2015. Kindle.
- Hamilton, Victor P. *The Book of Genesis: Chapters 18–50*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1995.
- Johnson, Luke Timothy. *The First and Second Letters to Timothy*. Ancho Bible Commentary. New York, NY: Doubleday, 2001.
- Knight III, George W. *The Pastoral Epistles*. The New International Greek New Testament Commentary. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1992.
- Kolchin, Peter. *American Slavery, 1619–1877*. New York, NY: Hill and Wang, 2003.
- Kruse, C. G. “Ministry” in *Dictionary of the Later New Testament and Its Developments*, 1310. Edited by Ralph P. Martin and Peter H. Davids. Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1997.
- Learner’s Dictionary*. “Overseer.” Accessed April 9, 2019. <http://www.learnersdictionary.com/definition/overseer>.
- Matthews, Kenneth A. *Genesis 11:27–50:26*. The New American Commentary. Edited by E. Ray Clendenen. Nashville, TN: Broadman & Holman, 2005. Kindle.
- McCormick, C. Mark. “Overseer,” in vol. 4 of *The New Interpreter’s Dictionary of the Bible*, 347–348. Edited by Katharine Doob Sakefield. Nashville, TN: Abingdon Press, 2009.
- Oates, Wayne. “The Holy Spirit and the Overseer of the Flock.” *Review and Expositor* 63, no. 2 (1966): 187–197.

- The Oxford English Dictionary*, 2<sup>nd</sup> ed, vol. X. “Overseer.” Oxford: Clarendon Press, 1989.
- “The Role of Overseer.” *The Ministry Policy Manual: Church of God of Prophecy*. Cleveland, TN: White Wing Publishing, 2018.
- Searle, John R. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. New York, NY: Cambridge University Press, 1969.
- Smith, James K. A. *Thinking in Tongues: Pentecostal Contributions to Christian Philosophy*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2010.
- Stickle, Wendy, Shelby Hickman, and Christine White. *Human Trafficking: A Comprehensive Exploration of Modern Day Slavery*. London, UK: SAGE Publications, 2020.
- Stubbs, Tristan. *Masters of Violence: The Plantation Overseers of Eighteenth-Century Virginia, South Carolina, and Georgia*. Columbia, SC: University of South Carolina, 2018.
- Witherington III, Ben. *Letters and Homilies for Hellenized Christians: A Socio-Rhetorical Commentary on Titus, 1–2 Timothy, and 1–3 John*. Downers Grove, IL: IVP Academic, 2006.
- 88<sup>th</sup> *Assembly Minutes of The Church of God of Prophecy*. Cleveland, TN: White Wing Publishing, 1994.